



Anais da Assembléia

N° 86

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 1989.

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 70.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1989.

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (32).

Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: José Afonso Júnior, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Pedro Tonelli, Rafael Greca e Vera Agibert (22).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N° 70/89

Curitiba, 04 de outubro de 1989.
Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art.

22, inciso I da Constituição Estadual e conforme procedimentos anteriores já adotados através da Mensagem n° 58/89, de 22.06.89 e Ofício n° 3503/89, dessa Augusta Assembléia Legislativa, datado de 28.06.89, tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar autorização para meus eventuais afastamentos do País, que no interesse da Administração venham a ser necessários.

Tal autorização poderia, de forma genérica, permitir os afastamentos que se verificarem até 31 de dezembro do corrente ano, fazendo-se, de cada um, expressa comunicação a essa Casa de Leis.

Esperando que a presente solicitação possa merecer apoio e conseqüente aprovação dessa Colenda Casa, valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 71/89

Curitiba, 10 de outubro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, até 31 de dezembro do corrente ano, fazer aquisições onerosas de bens imóveis, através de procedimentos de desapropriação, atendidas as normas emanadas da Legislação Federal pertinente ao assunto. Visa, ainda, autorizar o Poder Executivo também até 31 de dezembro de 1989, a celebrar convênios e seus aditivos, com entidades de direito público ou privado, encaminhando a essa Augusta Casa de Leis, no prazo de noventa dias, contados da data em que forem celebrados, os respectivos termos, por inteiro teor.

O Plano de Lei ora encaminhado à apreciação dessa Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, sendo oportuno e necessário, a fim de ensejar condições no sentido de que vários processos em tramitação pelos órgãos do Poder Executivo possam ter solução, com a possível rapidez, sem que fiquem sujeitos a um total reprocessamento e a inevitáveis prejuízos. Após 31 de dezembro, a Administração poderá adotar procedimentos processuais e fluxogramas que permitirão regular esses assuntos pela via prevista na Constituição Estadual promulgada em 05 de outubro de 1989.

Certo de que a medida proposta merece-

rá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, até 31 de dezembro de 1989, fazer aquisições onerosas de bens imóveis, através de procedimentos de desapropriação, atendidas as normas da Legislação Federal pertinente.

Art. 2º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a, até 31 de dezembro de 1989, celebrar convênios, bem como seus aditivos, com entidades de direito público ou privado, encaminhando ao Poder Legislativo, para os devidos fins, o teor dos respectidos termos, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data em que forem celebrados.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 72/89

Curitiba, 10 de outubro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a extinção, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, de 22 cargos em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo 1-C e de 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C. Visa, ainda, criar, na estrutura da referida Secretaria de Estado, 22 cargos em comissão, de Chefe de Núcleo Regional de Educação, símbolo DAS-5, e 211 cargos em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 1-C.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos interesses da Administração, eis que virá dotar a estrutura do ensino público paranaense de cargos de provimento em comissão de simbologias remuneratórias mais compatíveis com o volume e complexidade das funções atribuídas aos seus ocupantes.

A Secretaria de Estado da Educação, na exposição de motivos que me foi apresentada, assevera, entre outros argumentos, que:

"O aumento das atribuições delegadas aos Chefes de Núcleos Regionais da Educação e Inspetores Estaduais de Educação, exigindo dos mesmos dedicação exclusiva em tempo integral, veio exigir a conseqüente contrapartida financeira, por parte da

Secretaria." e que "...as crescentes responsabilidades atribuídas a eles, inclusive com a extinção de 79 (setenta e nove) Inspetorias Estaduais de Educação, cujas atribuições passaram a ser de responsabilidade dessas chefias, vêm trazendo desmotivação e desinteresse a seus titulares."

Assim é que, considerando a natureza dos serviços prestados pelos Chefes de Núcleos Regionais da Educação e pelos Inspetores Estaduais de Educação, e a necessidade de manter o melhor nível de pessoas interessadas nos referidos cargos, é formulada a presente proposição de criação e de conseqüente extinção de cargos em comissão.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam extintos, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 (vinte e dois) cargos de provimento em comissão de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo 1 C e 211 (duzentos e onze) cargos de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4C.

Art. 2º - Ficam criados, na estrutura da Secretaria de Estado da Educação, 22 (vinte e dois) cargos de provimento em comissão, de Chefe de Núcleo Regional da Educação, símbolo DAS-5 e 211 (duzentos e onze) cargos de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 1C.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OF/DTL/SAT n° 183/89

Curitiba, 03 de outubro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 175/89, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, em data de 03 de outubro de 1989, sancionei o Projeto de Lei n° 201/89, o qual convertido em lei tomou o número 9088.

Por outro lado, em conseqüência do acolhimento do referido Projeto de Lei, solicito a restituição da Mensagem n° 53/89, de 17.05.89 e do anteprojeto de lei por ela encaminhado.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2054**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTAÇÃO DE TODAS AS MATÉRIAS QUE SE ENCONTRAM SOBRE A MESA.

Sala das Sessões, em 10.10.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 055/89, que altera os percentuais da Gratificação de Representação dos cargos em Comissão deste Poder.

Sala das Sessões, em 10.10.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 57/89**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

"Art. - O índice percentual de representação para efeito de cálculo do D.A.S., será incorporado diretamente sobre o vencimento básico do cargo de cada servidor, aplicando-se a seguir as demais vantagens e gratificações sobre o vencimento produto dessa incorporação."

Sala das Sessões, em 10.10.89.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,

DAVID CHERIEGATE,

DIRCEU MANFRINATO, ALGACI TÚLIO,

JOSÉ ALVES, PEDRO TONELLI,

DJAIMA DE AIMEIDA CÉSAR,

ORLANDO PESSUTI, ANTÔNIO BÁRBARA,

JOÃO ARRUDA, NELSON VASCONCELLOS,

VALDERI MENDES VILELA,

NAMIR PIACENTINI, JOSÉ AFONSO JÚNIOR,

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, RAFAEL GRECA,

EZEQUIAS LOSSO, GERNOTE KIRINUS,

CÂNDIDO BASTOS, PIRAJÁ FERREIRA,

CAÍTO QUINTANA, ANTÔNIO ANNIBELLI,

QUIELSE CRISÓSTOMO, ERONDY SILVÉRIO,

JOSÉ FELINTO, EDUARDO BAGGIO,

LINDOLFO JÚNIOR, RAUL LOPES,

ANTÔNIO COSTENARO NETO,

LAURO LOBO ALCANTARA e

PAULO FURIATTI.

JUSTIFICATIVA:

A presente forma de cálculo, que por sinal é empregada pelo Poder Executivo, pelo Poder Judiciário e pelo Tribunal de Contas, quando da remuneração de seus servidores, é legítima, no sentido de que se demonstra a maneira eficaz de remunerar,

evitando a evasão das capacidades necessárias a um competente assessoramento.

A prestação de qualquer serviço público exige dedicação dos servidores, a fim de que seu destinatário, o cidadão, veja atendida suas mais diversas necessidades.

Porém, é inegável que a dedicação dispensada requer uma contraprestação que, além de servir de simples pagamento pelos serviços prestados e incentivar seu constante aperfeiçoamento, permita também ao servidor público, normemente se aquele que assessora a gabinetes, uma mais condigna apresentação, para o trato com o público.

Assim, longe de significar um ato reprovável, uma remuneração de ordem mais justa como a que se pretende com esta proposição e que, como foi dito acima, é utilizada pelos demais Poderes, vem demonstrar que também este Poder Legislativo preocupa-se com o avanço dos tempos e, na tarefa de tornar a sociedade mais justa, permite aos seus servidores o pleno exercício da cidadania, o que só é possível na medida em que haja uma correta valorização profissional e humana.

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI N° 258/89**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O "caput" do artigo 2° da Lei n° 7.568/82, passa a vigorar com a seguinte redação;

"Art. 2° - As viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná que tenham exercido o cargo por mais de 1 (um) ano, passam a perceber pensão mensal no valor de Ncz\$ 4.375,00 (quatro mil, trezentos e setenta e cinco cruzados novos) sempre atualizados de acordo com o índice percentual de reajuste do funcionalismo público do Estado.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1° de setembro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência das alterações na legislação dos salários, constata-se significativa defasagem nas pensões às viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores Federais e ex-Governadores do Estado do Paraná.

É necessário que se proceda à alteração proposta visando corrigir tal distorção, bem como fazer justiça às viúvas que estão com as respectivas pensões, além de corroídas com a defasagem aludida, também em função da alta taxa inflacionária.

Não poderia este Parlamento omitir-se

diante de tal situação, por este motivo apresentamos à presente proposição, esperando contar com a aprovação nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 259/89
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E OFICINAS DE CARIDADE SANTA RITA DE CÁSSIA DE PARANAVAÍ, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretende o benefício da declaração de Utilidade Pública, foi instalada oficialmente na Cidade de Paranavaí, em 22 de maio de 1968, por um grupo de senhoras da sociedade local, assistidas pelo reverendo vigário da Paróquia de Nossa Senhora das Dores, denominada de Associação e Oficinas de Caridade de Santa Rita de Cássia. Tal associação está imbuída de um cunho altamente filantrópico sem fins lucrativos, tendo como único objetivo a confecção e distribuição de roupas, agasalhos e calçados aos pobres, sem distinção de credo religioso, político ou racial, que, residindo em Paranavaí, verdadeiramente se encontram necessitados de tais objetos. Para que tais propósitos possam ser inteiramente cumpridos, necessita do apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente plano de Lei.

PROJETO DE LEI N° 260/89
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica, por força desta Lei, autorizada a venda das mansões do Governo do Estado do Paraná, dentro dos critérios da Lei.

Art. 2° - Os imóveis de que trata este artigo são: as existentes no Bairro do Ahú, em Curitiba, no Bairro do Canguiri, em Piraquara e Casa de Veraneio de Ilha das Cobras, no litoral paranaense.

Art. 3° - Os imóveis deverão ser oferecidos, aos interessados, devidamente desocupados, devendo esta ocorrer imediatamente após a promulgação da presente Lei.

Art. 4° - O produto das vendas desses imóveis serão aplicados em obras sociais.

Art. 5° - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

PROJETO DE LEI N° 261/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica facultado aos Magistrados e Promotores de Justiça que façam jus à aposentadoria por tempo de serviço, a permanência no cargo que ocupam, hipótese em que perceberão um adicional de 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo vencimento;

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.10.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de lei visa fornecer aos Magistrados e Promotores de Justiça que já tenham direito à aposentadoria por tempo de serviço, benefício substancializado em gratificação adicional de seus respectivos vencimentos, a fim de que permaneçam no cargo que ocupam à época da aposentadoria, o que é de suma relevância para a administração pública, que muitas vezes se vê privada dos conhecimentos e experiência desses profissionais.

Há de se levar em consideração que, atualmente vem ocorrendo com certa frequência, o fato de que muitos candidatos têm ingressado nos quadros da Magistratura bem como do Ministério Público, com tempo de serviço público quase completo para a "obtenção" de aposentadoria, tal circunstância certamente é contrária e prejudicial aos interesses da Administração pública, posto que obriga, muitas vezes, a realização de novos concursos, além de representar perda de magistrados e promotores capacitados e com um grau de cabedal de conhecimento e experiência nas suas respectivas áreas, o que, inevitavelmente, representa regressão no nível técnico de aplicação da justiça em sentido lato.

Visando evitar a evasão dos aludidos profissionais dos quadros funcionais da magistratura e do ministério público, é que faculta-se aos mesmos a permanência nos seus respectivos cargos e funções com a percepção de adicional de 25% (vinte e cinco por cento) de seus vencimentos, como sendo uma vantagem para que não abandonem suas públicas funções e permaneçam aplicando seus lautos conhecimentos e com isso fazendo valer a justiça e a moral como reflexos de uma administração séria e competente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Finda a leitura. Não há oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PRP se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo. Com a palavra o nobre Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Não poderíamos deixar de, ao recommençarmos as nossas atividades ordinárias da Assembléia Legislativa, aproveitar a oportunidade para nos congratularmos com todos os Senhores Parlamentares que até o dia 05 de outubro, juntos, todos estivemos, aqui, elaborando a nossa Constituição Estadual.

É verdade que, em alguns momentos, pontos divergentes dado à formação pessoal, à formação intelectual, dado ao posicionamento ideológico de cada um de nós, surgiram, mas é verdade também que, em todos os momentos, prevaleceu, única e tão somente, a vontade da maioria se não quando a vontade de todos os Parlamentares e de todo o povo do Paraná.

É muito importante que tenhamos chegado, como chegamos, ao final, cumprindo com a nossa obrigação de escrevermos uma nova Constituição para o Estado. Temos certeza que todos demos o máximo que podíamos dar, buscamos incessantemente a perfeição para o trabalho que estávamos desenvolvendo. E se alguma falha, se algum erro cometemos o tempo e o povo do Paraná haverá de nos mostrar e nos dizer onde estão esses erros. E nós, temos certeza, haveremos de, em reconhecendo o erro, buscarmos a correção do mesmo.

Mas o que precisa ficar claro e evi-

dente é que os Constituintes do Paraná, todos sem exceção alguma, buscaram incessantemente a conquista de uma nova ordem jurídica para o povo paranaense. E na nossa maneira de analisar temos a convicção de que aquilo que oferecemos ao povo do Paraná é melhor, é superior, é mais avançada do que a Constituição que tínhamos até o dia 04 de outubro de 1989.

Valeu a pena. Valeu a pena sim a luta que tivemos. Valeu a pena a discussão que aqui se travou, e tenho certeza de que esse reconhecimento o povo do Paraná haverá de um dia nos outorgar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Não poderíamos também neste momento deixar de apresentar as nossas congratulações ao Governador Álvaro Dias e ao Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias, pelo brilhantismo do qual vem se revestindo nesta semana a 20ª EXPOTIBA e a 2ª Feira Internacional Agropecuária que estamos realizando no Parque Castelo Branco.

Todos nós sabemos que, por alguns tempos, por alguns anos a EXPOTIBA se comportou de uma forma um tanto tímida, mas graças à internacionalização desta Feira, graças ao empenho que vem sendo colocado em prática pelo Secretário Osmar Dias, pelo pessoal da EMATER, pela UPAC - União Paranaense das Associações de Criadores -, hoje nós temos uma feira, hoje nós temos uma exposição de envergadura igual ou superior até aquela que se realiza em Esteio no Rio Grande do Sul, que é considerada a exposição internacional de maior envergadura deste País.

Hoje, ou melhor, nesta semana, a EXPOTIBA está superando em termos de animais vindos do Exterior, em quantidade, e temos certeza também em termos de qualidade inclusive aquilo que se apresentou recentemente em Esteio durante a Feira Internacional. Por esta razão é que nós paranaenses devemos nos orgulhar daquilo que temos sido capazes de desenvolver em nosso Estado, daquilo que especialmente os nossos produtores rurais têm conseguido demonstrar ao longo do tempo do que são capazes quando são chamados à produção e à produtividade, principalmente.

O Paraná é um exemplo de produtividade não só na pecuária, não só na agricultura, mas também na produtividade de grandes lideranças políticas que hoje temos.

Portanto, Senhor Presidente, fica aqui registrado em nosso nome particular, em nome, tenho certeza, de todos aqueles que conosco congregam o Bloco Parlamentar Agropecuário, votos de congratulações ao Governo do Estado do Paraná, à Secretaria da Agricultura pelo magnífico trabalho que estão desenvolvendo durante a realização da II Feira Internacional da Indústria e

da Agropecuária e da 20.^a EXPOTIBA, que nos propiciou, inclusive, a oportunidade de, pessoalmente, junto com outros Parlamentares desta Casa, reivindicarmos do Ministro da Agricultura, Íris Rezende, o pagamento da totalidade do trigo que for adquirido pelo Governo e não adquiri-lo da forma que está sendo proposta: pagar apenas 54% na 1.^a parcela e dividir o saldo em 3 parcelas como está sendo proposto pelos organismos econômicos.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço, nobre Deputado, pelo aparte e quero me associar ao vosso pronunciamento quanto a nossa preocupação sobre o pagamento por parte do Governo do trigo não só do Paraná, mas de todo o Brasil.

Essa mesma reivindicação também fizemos no sábado pela manhã ao Ministro da Agricultura, onde levávamos a preocupação de todo agricultor. E dizíamos ao Senhor Ministro: será que o Governo também aceita o pagamento de seus impostos da mesma maneira com que ele quer pagar o trigo do agricultor, que sofre na pele as intempéries do tempo, sofre as intempéries de mercado, e na hora da venda do seu produto, o mesmo ainda se vê à mercê de um pagamento que não condiz com a realidade; da mesma maneira que iremos pagar, evidentemente, o Governo, os nossos impostos, da maneira como ele quer nos pagar".

Vamos lutar juntos, meu nobre colega, Deputado Pessuti, para que nós possamos que o Governo reveja esta situação e que se torne diferente, e que pague à vista, como tem que ser feito, aquele trigo que ele quer consumir.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós agradecemos e incorporamos o aparte do Deputado Baggio e reafirmamos aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que é inadmissível que o Governo continue agindo como tem agido com relação aos produtores do Paraná e do Brasil. É inadmissível que nesta hora, em que os produtores se preparam para o plantio do soja, do algodão e de outras culturas de verão, não tenham eles os recursos suficientes para o custeio de suas lavouras.

E quando, ainda, se vêem obrigados a vender o seu produto, já que o monopólio da aquisição do trigo permanece, ao Governo; o Governo adquire e paga parceladamente, prejudicando sensivelmente a nossa futura safra de verão e prejudicando sensivelmente os problemas da nossa agricultura.

Concedo aparte ao Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Parabenizo Vossa Excelência por levantar um assunto tão importante num momento de crise, em que o Governo Federal não possui recursos para financiar os custeios das lavouras de verão, o próprio Governo Federal, num momento em que o produtor rural se capitaliza um pouco e poderia fazer o custeio com recursos próprios, fica sem recursos para plantar as novas lavouras. O Governo Federal tem sido insensível, apesar de muitos dizerem que os agricultores são subsidiados. O que não é verdade. O que nós vemos, no decorrer dos anos, é cada vez mais os produtores aqueles que produzem as riquezas deste País, serem massacrados pelo Governo, mesmo no auge do subsídio. Nunca o agricultor foi tão subsidiado quando foi subsidiada a indústria, e que continua sendo subsidiada. Porque os grandes recursos de subsídios neste País são desviados para as indústrias, que exportam sem pagar nenhum imposto, enquanto para o produtor é mínimo este subsídio que recebe. E quando tem alguma coisa que poderá sobrar, daqueles que não perderam com geada, que não perderam com a chuva, o Governo segura. E com isto, não tem condições de plantar a sua lavoura de verão.

Parabéns, Deputado, estamos unidos nesta luta, porque além de Deputado somos agricultores e vivemos no meio rural.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte do Deputado Sabino Campos e deixo aqui registrado aos Senhores Parlamentares que o bloco agropecuário, sob nossa coordenação, e a Comissão de Agricultura, sob a Presidência do Deputado Sabino Campos, estão atentos e a qualquer momento nós, se julgarmos necessário, se as Lideranças da agropecuária do Paraná julgarem necessário, iremos promover reuniões, iremos promover mobilização que se fizer necessária para, juntos reivindicarmos e exigirmos o direito do agricultor, do triticultor, de receber a vista pelo produto que tanto lhe custou para produzir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação de todas as matérias que se encontram sobre a mesa, inclusive a licença requerida pelo Senhor Governador do Estado, para se ausentar do País.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento.- **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Um Senhor Deputado (Pela Ordem) - Solicita a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e três Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 055/89.- **Prejudicado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 187/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a "Associação Nacional dos Veteranos da FEB - Seção de Ponta Grossa", com sede e foro em Ponta Grossa. **Encerrada a discussão.**

Redação Final do
Projeto de Lei nº 187/88.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Nacional dos Veteranos da FEB - Seção Regional de Ponta Grossa, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.09.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente
VERA AGIBERT
Relatora

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 193/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a "Associação Profissional dos Pintores de Paredes, Metais, Madeiras e Letras de Curitiba e Região Metropolitana", com sede e foro nesta Capital. **Encerrada a discussão.**

Redação Final do Projeto de Lei nº 193/88.
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Profissional dos Pintores de Paredes, Metais, Madeiras e Letras de Curitiba e Região Metropolitana, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21.09.89.

(aa) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente
VERA AGIBERT
Relatora

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 123/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Guntolf Van Kaick. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J. **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 288/88, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que denomina "Rodovia Prefeito Irineu Aparecido Savoldi" a rodovia PR-552, que liga os Municípios de Mandaguáçu, passando por Ourizona até o Município de São Jorge do Ivaí. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 97/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que complementa a Lei nº 8.403, de 31/10/86 por imposição do art. 7º, II, da Lei Complementar nº 27. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 146/89, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a "Sociedade Mantenedora de Assistência - SOMA", com sede e foro na Cidade de Londrina. Com **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 183/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a denominação da Funda-

ção Faculdade de Educação Musical do Paraná, para a Fundação Faculdade de Artes do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 200/89, de autoria do Tribunal de Justiça, que atribui gratificação de representação aos funcionários ocupantes de cargos de nível superior do Poder Judiciário. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 207/89, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 218/89, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, o Hospital de Crianças César Pernetá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S. por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 244/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 67/89), que eleva o soldo de Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 245/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 66/89), que eleva em 57% a gratificação dada ao ocupante de cargo de carreira de Delegado de Polícia e em 80% aos demais ocupantes de cargos policiais civis. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 54/89, de autoria da Comissão Executiva, que define critério para a operacionalização de recursos financeiros no âmbito do Poder Legislativo. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n°

189/89, de autoria do Tribunal de Contas (Ofício n° 609/89), que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 55/89, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que altera os percentuais da gratificação de representação dos cargos em comissão deste Poder, conforme especifica. A Emenda foi transformada em Projeto de Resolução à parte.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 251/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 65/89), que objetiva estabelecer o valor da remuneração dos Secretários de Estado, como limite máximo para remuneração de servidores civis e militares, ativos e inativos e de pensionistas da Administração Direta e Indireta do Estado, conforme especifica. (Public. no D.A. 84, de 02.10.89 - Mensagem)

A Mesa designa para relatar o projeto em Plenário, o Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 187/88 e 193/88.

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 123/87, 288/88, 97/89, 146/89, 183/89, 200/89, 207/89, 218/89, 244/89, 245/89 e do Projeto de Resolução n° 54/89.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 189/89 e do Projeto de Resolução n° 55/89.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 251/89.

Levanta-se a sessão.